

Recrutamento político da esquerda nas eleições municipais do Brasil em 2016

Edmar Almeida de Macedo

edufpr1@gmail.com

Universidade Federal do Paraná

Comportamento Político, Eleitoral e Lideranças

Trabalho preparado para sua apresentação no 9º Congresso Latino-americano de Ciência Política, organizado pela Associação Latino-americana de Ciência Política (ALACIP). Montevideu, 26 a 28 de julho de 2017.

Recrutamento político da esquerda nas eleições municipais do Brasil em 2016

Edmar Almeida de Macedo

Resumo:

Este trabalho discute o perfil de recrutamento dos candidatos a vereador dos partidos de esquerda nas eleições de 2016 nos dez maiores colégios eleitorais brasileiros (São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador, Belo Horizonte, Fortaleza, Curitiba, Manaus, Recife, Porto Alegre e Belém). A hipótese teórica é que as distintas orientações políticas entre os diversos partidos de esquerda resultam em um perfil de recrutamento também diferente. Para viabilizar esta análise, a partir de uma perspectiva quantitativa, em uma abordagem tributária da sociologia política, tomamos sexo, escolaridade, patrimônio, cor/raça, ocupação e idade como variáveis e agrupamos os partidos, para efeito de comparação, em três grandes blocos que denominamos “extrema-esquerda” (composto pelo Partido da Causa Operária, pelo Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado, pelo Partido Comunista Brasileiro e pelo Partido Socialismo e Liberdade), “esquerda tradicional” (composto pelo Partido dos Trabalhadores e pelo Partido Comunista do Brasil) e “centro-esquerda” (composto pelo Partido Pátria Livre e pelo Partido Democrático Trabalhista). A conclusão que chegamos é que a hipótese inicial está confirmada, com a maior parte das variáveis alterando-se de maneira consistente quando passamos da extrema-esquerda para o centro do espectro político, mostrando que o perfil de recrutamento é distinto entre os diversos partidos de esquerda.

Palavras-chave: recrutamento; eleições; esquerda.

Recrutamento político da esquerda nas eleições municipais do Brasil em 2016¹

Edmar Almeida de Macedo²

Discutir o perfil de recrutamento de candidatos pelos partidos políticos é uma questão recorrente na Ciência Política, e deste ponto de vista este trabalho não apresenta grande novidade. No entanto é nova a situação da esquerda nas eleições municipais de 2016. O principal partido da esquerda brasileira, o Partido dos Trabalhadores enfrenta dificuldades com sua imagem, fruto de diversas denúncias de corrupção. Sua última gestão do governo federal, abreviada pelo impeachment, também colheu baixos índices de aprovação, o que também cobrou seu preço nestas eleições municipais. Assim, deste ponto de vista estas eleições foram atípicas, pois o setor majoritário da esquerda agora se via na oposição ao governo federal. O quadro traçado aqui é retrato desta conjuntura.

Preliminarmente também cabe anotar que este trabalho se inspirou no artigo de Silva e Silva (2015) que discutiu o perfil dos candidatos a vereador nas eleições de 2014 em Curitiba, procurando mostrar que as eleições municipais eram mais abertas a candidatos com baixa escolaridade e menor patrimônio do que as eleições legislativas federais. Buscamos seguir seu caminho, não em termos de hipóteses e conclusões, mas no método de análise empregado. O mencionado artigo se insere, e nosso trabalho também, na concepção enunciada por Perissinotto e Bollognesi (2009, 145):

Estudos de “recrutamento político”, no entanto, precisam analisar todos os filtros que configuram o processo seletivo de uma elite política. Nesse sentido, não é suficiente apresentar um perfil dos vitoriosos e, a partir de suas características, produzir inferências sobre quais grupos sociais são prejudicados ou privilegiados no longo caminho até as posições de elite.

¹ Agradeço a todos que contribuíram com a redação deste *paper*: Prof. Dr. Renato Perissinotto da UFPR pela revisão, orientações, críticas e sugestões, a Thaís Almeida Nunes do setor de estatística do TSE, pela ajuda com os dados sobre patrimônio e a Letícia Mara de Meira pela revisão geral.

² Bacharel e licenciado em história (UFPR), mestre em sociologia (UFPR), doutorando em Ciência Política (UFPR).

Ou seja, os autores defendem que é preciso estudar mais do que os eleitos, fazendo perceber que o filtro de seleção vai desde a filiação a um partido até a eleição, sendo que a chapa de candidatos é a expressão de um momento da seleção e, por conta disso, se pretendemos estudar o processo de formação das elites políticas, o conjunto de candidatos a um determinado cargo também deve ser levado em conta.

Os municípios escolhidos para discutir o perfil dos candidatos de esquerda estão entre as cidades brasileiras com maior número de habitantes somando 35.139.303 hab.³, que significa 17,19% da população brasileira. Abrigam ainda 25.160.044 eleitores⁴, representando 17,6% dos eleitores aptos nas eleições de 2016. No ano de 2014 (último dado disponível) este conjunto de municípios respondia por 24,55% do Produto Interno Bruto brasileiro. Os municípios selecionados estão em quatro das cinco regiões brasileiras, ficando de fora apenas a região centro-oeste. São as únicas cidades brasileiras com mais de um milhão de eleitores aptos nas eleições de 2016, e também os 10 maiores eleitorados. Todas são capitais de seus estados.

Tabela 1: Municípios selecionados

Município	Estado	Região	População	Eleitores	PIB (2014)
São Paulo	SP	Sudeste	12.038.175	8.886.324	R\$ 628.064.882.000,00
Rio de Janeiro	RJ	Sudeste	6.498.837	4.898.045	R\$ 299.849.795.000,00
Salvador	BA	Nordeste	2.938.092	1.948.154	R\$ 56.624.041.000,00
Belo Horizonte	MG	Sudeste	2.513.451	1.927.460	R\$ 87.656.760.000,00
Fortaleza	CE	Nordeste	2.609.716	1.692.712	R\$ 56.728.828.000,00
Curitiba	PR	Sul	1.893.997	1.289.215	R\$ 78.892.229.000,00
Manaus	AM	Norte	2.094.391	1.257.129	R\$ 67.572.523.000,00
Recife	PE	Nordeste	1.625.583	1.119.271	R\$ 50.688.395.000,00
Porto Alegre	RGS	Sul	1.481.019	1.098.515	R\$ 63.990.644.000,00
Belém	PA	Norte	1.446.042	1.043.219	R\$ 28.706.165.000,00

Fonte: elaboração própria do autor com dados do TSE e IBGE

A primeira questão a ser enfrentada foi definir quais são os partidos de esquerda cujo recrutamento seria investigado. Não parece haver maior dificuldade em considerar o Partido da Causa Operária (PCO), o Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado

³ Todos os dados eleitorais expostos neste trabalho foram baixados do repositório de estatísticas eleitorais do Tribunal Superior Eleitoral no endereço <<http://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/repositorio-de-dados-eleitorais>> e dados de ordem populacional e econômica do site e publicações on-line do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

⁴ Dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) para 2016.

(PSTU), o Partido Comunista Brasileiro (PCB), o Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), o Partido dos Trabalhadores (PT) e o Partido Comunista do Brasil (PCdoB) como partidos de esquerda, entretanto é relativamente mais complexo enquadrar o Partido Democrático Trabalhista e o Partido Pátria Livre neste espectro. Revisitando a classificação de partidos proposta por Rodrigues (2002, 51-53) a questão do enquadramento do PDT encontra-se mais ou menos pacificada na bibliografia analisada por este autor (podendo variar o enquadramento do PDT entre esquerda e centro-esquerda). O PPL é um partido mais recente (teve seu registro deferido em outubro de 2011), mas optamos pela sua inclusão em especial por conta da história do grupo que o fundou, que detalharemos mais à frente. Cogitamos ainda considerar os candidatos da Rede Sustentabilidade como objeto desta pesquisa, no entanto diversos autores como Dullo e Quintanilha (2015) Prates e Pereira (2015) e Coelho (2015) empregam outras classificações em relação a Rede, nas quais o termo “esquerda” está ausente, o que justifica a opção por não incluir seus candidatos como objeto desta pesquisa.

Nossa hipótese teórica é que as distintas orientações políticas entre os diversos partidos de esquerda resultam em um perfil de recrutamento também diferente. Para viabilizar esta análise, a partir de uma perspectiva quantitativa com abordagem tributária da sociologia política, tomamos sexo, escolaridade, patrimônio, cor/raça, ocupação e idade como variáveis. Tomamos como pressuposto de nossa hipótese aquela conclusão a que Rodrigues (2002) já havia chegado em sua análise a respeito do perfil dos parlamentares na Câmara dos Deputados:

O levantamento da composição ocupacional das bancadas indica diferenças significativas entre os partidos, singularizando-os e fazendo com que suas cúpulas representem interesses socioeconômicos diferenciados, relativamente compatíveis com as posições políticas assumidas pelos seus representantes na CD. (Rodrigues, 2002, 50)

Este pressuposto, não só do ponto de vista ocupacional, é abraçado por vários pesquisadores, dentre os quais destacamos Marengo e Serna (2007) no artigo em que discutiram as diferenças de perfil de recrutamento entre esquerda e direita em três países da América do Sul.

Claro que o que propomos aqui é ligeiramente diferente, pois trabalhamos com candidatos a vereador de partidos de esquerda, mas o pressuposto é o mesmo, de que

ideologia/posição política é importante no perfil de recrutamento e para cada ideologia/posição política corresponderia um perfil de recrutamento.

Ao olharmos apenas para a esquerda, é possível supor que as diferenças não sejam exacerbadas ou mesmo possam ser consideradas, do ponto de vista estatístico, insignificantes. Mas o que defendemos vai além do tamanho da diferença entre os partidos, apostamos que mesmo no âmbito da esquerda, ao caminharmos da extrema-esquerda para o centro encontraremos quase sempre variações condizentes com a diferença entre os partidos. Resumindo, ao caminharmos da esquerda em direção ao centro esperamos que os indicadores sexo, escolaridade, patrimônio, cor/raça, ocupação e idade variem de forma coerente, ou seja, se em uma ponta temos mais mulheres, na outra teremos menos, se em uma ponta temos maior escolaridade na outra teremos menos, e assim sucessivamente, sendo que os partidos intermediários deverão apresentar também posições intermediárias em relação as variáveis.

Para efeito de comparação agrupamos os partidos em três grandes blocos que denominamos “extrema-esquerda” (composto pelo Partido da Causa Operária, pelo Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado, pelo Partido Comunista Brasileiro e pelo Partido Socialismo e Liberdade), que chamaremos também de Bloco 1, “esquerda tradicional”, que chamaremos também de Bloco 2 (composto pelo Partido dos Trabalhadores e pelo Partido Comunista do Brasil) e “centro-esquerda”, que chamaremos também de Bloco 3 (composto pelo Partido Pátria Livre e pelo Partido Democrático Trabalhista).

O agrupamento baseou-se em similaridades e diferenças destes partidos em relação a alguns critérios. Um primeiro critério é o que poderíamos classificar como ideológico. Os partidos da extrema-esquerda (BL 1) apresentam influências ideológicas semelhantes – seja o trotskismo, o stalinismo ou o leninismo – que são representantes mais próximas das matrizes de pensamento oriundas da revolução russa e que possuem ou possuíram grande influência na esquerda mundial. PCO e PSTU declaram-se partidos trotskistas. O trotskismo também é relevante no PSOL⁵, mas o grupo

⁵ Pelo PSOL também se lançaram alguns candidatos que mesmo filiados a este partido compõe organizações políticas distintas do PSOL. É o que este partido chama de “filiação democrática”, ou seja, o empréstimo da legenda para organizações de esquerda participarem das eleições sem efetivamente incorporarem o PSOL. Destes grupos ao menos dois estão em processo de criação de seus próprios partidos, já em fase de coleta de assinaturas: a Unidade Popular pelo Socialismo e o Raiz Cidadanista.

majoritário atual é a Ação Popular Socialista (APS) herdeira de grupos (Força Socialista e Movimento pela Emancipação do Proletariado) que se identificavam como leninistas. O PCB por sua vez, herdeiro de uma longa história, atualmente identifica-se com a figura de Stálin e Lenin como inspiradores ideológicos.

O grupo dos partidos que chamamos aqui de “esquerda tradicional”, o Bloco 2, é composto pelo PT, cuja difusa ideologia socialista é de difícil enquadramento ideológico, e pelo PCdoB, que apresenta uma história pregressa de identificação hora com o stalinismo, hora com o maoísmo ou com o socialismo albanês, e mesmo que mantenha uma retórica (e um nome) em que o comunismo está presente, é forte neste partido a retórica nacionalista e genericamente “progressista”.

O terceiro grupo, que aqui denominamos de “centro-esquerda” é composto pelo PDT e PPL. O PDT é herdeiro do trabalhismo brizolista, versão ligeiramente mais à esquerda do getulhismo dos anos 50. O PPL por sua vez é uma criação do Movimento Revolucionário 8 de Outubro, o MR8 (grupo guerrilheiro dissidente do PCB nos anos 60), que após décadas dentro do PMDB fundou um partido e atualmente mantém uma retórica vagamente nacionalista.

Um outro critério para a formação dos blocos é o posicionamento destes partidos face aos 13 anos de governo do PT. O Bloco 1 concentra aqueles partidos de esquerda que não participaram do governo, e pelo contrário, fizeram oposição a ele durante a maior parte desde período. Já o Bloco 2 é formado pelos partidos de esquerda que estiveram do início ao fim participando do governo e alinhados com a defesa de suas propostas no parlamento. O Bloco 3 é formado por partidos de esquerda que apoiaram o governo federal na maior parte destes 13 anos, mas não podem ser considerados equivalentes ao PT e PCdoB em termos de protagonismo, adesão e fidelidade.

O terceiro e último critério para a formação dos blocos foi o comportamento destes partidos em relação as coligações nas eleições municipais de 2016. Os partidos do Bloco 1 nestas 10 cidades tiveram apenas 2 ocorrências de coligação com partidos fora do campo da esquerda. Já os do Bloco 2 apresentaram 27 ocorrências de coligações com partidos que não foram classificados como de esquerda. O Bloco 3, por sua vez contabilizou 121 ocorrências deste tipo. Assim, a maior ou menor endogenia na realização de coligações foi levada em consideração para a formação dos blocos.

Para exemplificarmos, PCO e PSTU, por exemplo, não realizaram qualquer coligação nestas 10 cidades, sequer coligaram entre eles mesmos. O PSOL e o PCB realizaram prioritariamente coligações entre si (8 dos 10 municípios), sendo que o

PSOL ainda registrou alianças esporádicas com o PPL, PDT, PV e REDE, enquanto o PCB participou de uma coligação com o PPL (junto com o PSOL). Nem o PSOL e nem o PCB realizaram qualquer aliança com o PT e o PCdoB. Por sua vez PT e PCdoB foram parceiros em 6 destes municípios, sendo que o PT ainda se coligou com PSD, PTN, PSB, PRB, PTdoB, PTB, PR, PROS e PDT e o PCdoB com pelo menos PR, PT, PSD, PTN, PSB, PDT, PP, PPL, DEM, PEN, PSC, PSDC, PRTB, PTC, PPS, PSL, PV, PTB, PROS, PMB.

Temos assim a caracterização resumida destes três blocos: Bloco 1 (extrema-esquerda), partidos de esquerda radicais que realizaram oposição ao governo federal petista e com alta endogenia na realização de coligações nas eleições de 2016; Bloco 2 (esquerda tradicional), partidos de esquerda, pilares dos governos federais petistas, que realizaram coligações exógenas nas eleições de 2016; Bloco 3 (centro-esquerda), esquerda moderada, menos comprometida com o governo federal petista e com alto índice de exogenia nas coligações nas eleições de 2016.

Cada um dos partidos aqui analisados lançou nos municípios selecionados o seguinte número de candidatos:

Tabela 2: Número de candidatos por partido na amostra selecionada

Partido	Número de candidatos	%
PCO	12	0,8
PSTU	45	2,6
PCB	12	0,8
PSOL	387	22,7
PT	333	19,5
PCdoB	318	18,6
PPL	244	15,1
PDT	342	20,0
Total	1693	100

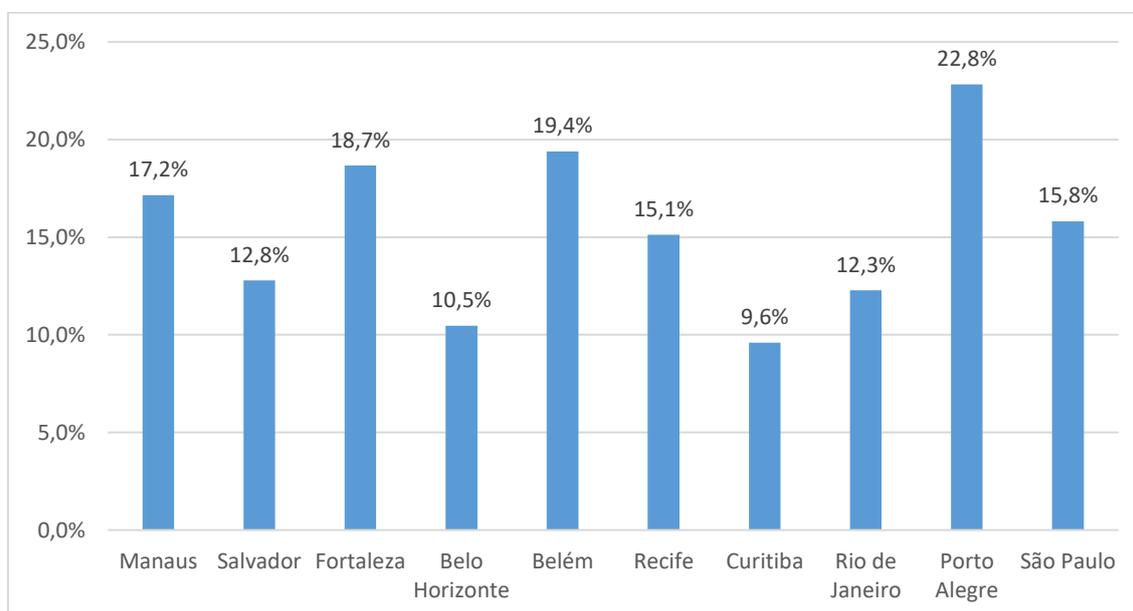
Fonte: elaboração própria do autor com dados do TSE

Temos assim a seguinte configuração numérica dos blocos a serem analisados: extrema-esquerda com 456 (26,8%) candidatos; esquerda tradicional com 651 (38,1%); e centro-esquerda com 586 ou (35,1%). Este conjunto de candidatos inclui todos

aqueles apresentados pelos partidos aos órgãos responsáveis pelo registro de candidaturas, isto significa que inclui candidatos que ao final do pleito podem nem ter sido votados em razão de negativa de registro, impugnação ou desistência. No entanto consideramos que este conjunto representa a chapa selecionada pelo partido de maneira mais fiel do que aquele conjunto que teve condições de ser votado.

Em uma conjuntura nacionalmente desfavorável à esquerda, como já frisamos, podemos nos perguntar qual o significado destes números em cada um dos municípios analisados? E como resposta podemos comparar o peso proporcional do número de candidatos de esquerda sobre o total de candidatos.

Gráfico 1: percentual de candidatos de esquerda por município (dez maiores cidades em 2016)



Fonte: elaboração própria do autor com dados do TSE

Em resumo, dos mais de 11 mil candidatos que se apresentaram nestas eleições para vereador nestas dez cidades os candidatos de esquerda representaram 15% do total, com destaque para Porto Alegre, Belém e Fortaleza. Não parece haver uma relação direta entre o tamanho da chapa de esquerda e o fato de um partido deste espectro governar a cidade, posto que Curitiba, governada pelo PDT teve menos de 10% de candidatos a vereador por partidos de esquerda, enquanto Porto Alegre, na mesma condição apresentou 22,8% de candidatos de esquerda em relação ao total. Como exemplo ainda, São Paulo, governada pelo PT apresentou 15,8% de candidatos de esquerda, ficando bem próximo da média geral.

Nem todos os partidos analisados se apresentaram em todas as cidades. Os maiores partidos apresentaram candidatos em todas, no entanto os pequenos partidos de extrema-esquerda, PCO e PCB apresentaram presença intermitente na disputa legislativa municipal. Se optássemos, por exemplo, em selecionar uma amostra de mais cidades, como as 20 ou 50 maiores, perderiam importância os partidos de extrema-esquerda em relação ao número total de candidatos da amostra. Abaixo o quadro que mapeia a presença destes partidos nas dez maiores cidades brasileiras nas eleições de 2016.

Tabela 3: presença dos partidos de esquerda nas eleições legislativas nos 10 municípios selecionados

	Manaus	Salvador	Fortaleza	BH	Belém	Recife	Ctba	RJ	POA	SP
PCO				X		X	X	X		X
PSTU	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
PCB	X		X	X		X		X	X	X
PSOL	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
PT	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
PCdoB	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
PDT	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
PPL	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X

Fonte: elaboração própria do autor com dados do TSE

Sexo

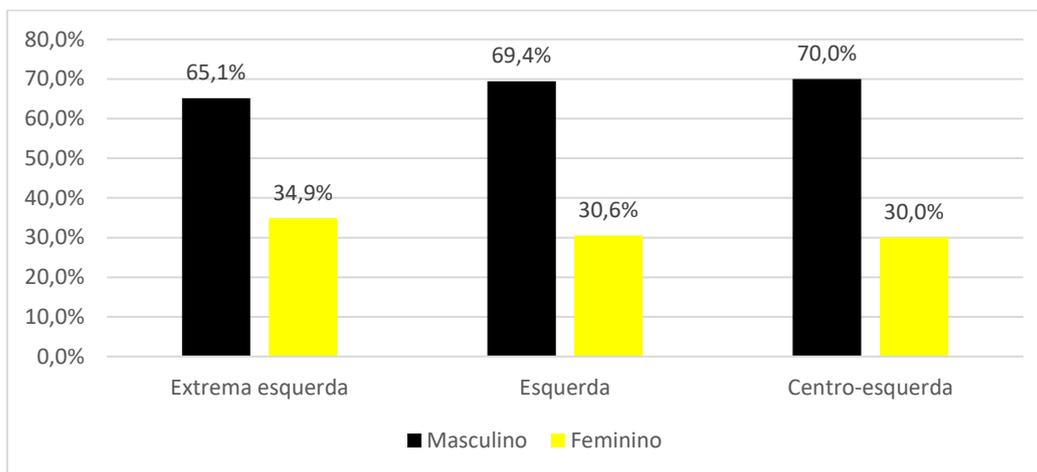
A cota de gênero, que estabelece um percentual mínimo de diversidade na composição da lista partidária nas eleições possui forte ligação com os partidos de esquerda, que foram precursores na sua adoção voluntária e proponentes de sua legalização, como notou Norris (2013, 26), mas nem por isso encontramos a presença feminina muito além do mínimo obrigatório de 30% dentre os candidatos de partidos de esquerda nos municípios que analisamos.

No âmbito geral, considerando todos os partidos de esquerda nos municípios analisados as mulheres foram 32% dos candidatos e os homens 68%, ficando o percentual de mulheres ligeiramente acima do mínimo exigido em lei. O percentual geral (em todo o Brasil) de candidatas mulheres ao cargo de vereadora foi de 33,09%,

portanto, a esquerda nestas dez cidades analisadas ficou ligeiramente abaixo deste percentual.

Se fizermos a comparação entre os três blocos temos o seguinte resultado:

Gráfico 2: sexo dos candidatos a vereador pelos partidos de esquerda, por blocos (dez maiores cidades em 2016)



Fonte: elaboração própria do autor com dados do TSE

Ou seja, em que pese a diferença seja mínima, na medida em que caminhamos da extrema-esquerda para o centro aumenta o número de homens e diminui o número de mulheres, mostrando que os partidos mais à esquerda apresentaram-se com maior representatividade feminina no âmbito de toda a esquerda.

Note-se também que apenas o Bloco 1 ultrapassou a média nacional de percentual de mulheres concorrendo ao cargo de vereadora e uma das explicações para isto está no perfil de recrutamento e seleção do PSTU que apresentou 51% dos seus candidatos do sexo feminino, enquanto os outros partidos variaram muito pouco em relação ao mínimo de 30%. Esta é a explicação para o predomínio percentual da extrema-esquerda na apresentação de candidatas mulheres corroborar com o estudo realizado por Dantas e Roeder (2015) a respeito da seleção de candidatos do PSTU nas eleições de 2014, em que notaram a prioridade dada às mulheres na apresentação de candidaturas. Por outro lado, apenas o PDT ficou abaixo dos esperados 30%, alcançando uma proporção de mulheres de 29,8%.

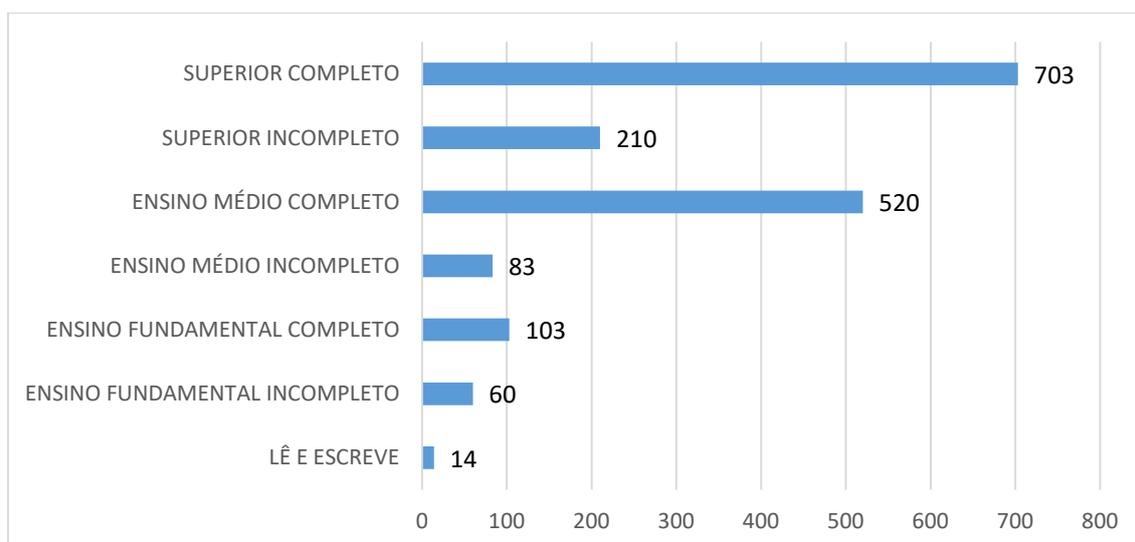
Escolaridade

A escolaridade é um dos atributos que facilita o sucesso eleitoral ou, como afirmam Speck e Sacchet (2011, 171)

A instrução, enquanto fator que influencia decisivamente a carreira dos indivíduos dentro da sociedade, abre ou fecha portas para a ascensão social individual, sendo também decisiva para a carreira política.

Neste quesito, procuramos avaliar como se portam os partidos de esquerda quanto a escolaridade dos candidatos que apresentaram nas eleições de 2016 nas dez maiores cidades brasileiras. O resultado do conjunto dos partidos de esquerda é o seguinte:

Gráfico 3: escolaridade dos candidatos a vereador pelos partidos de esquerda (dez maiores cidades em 2016)

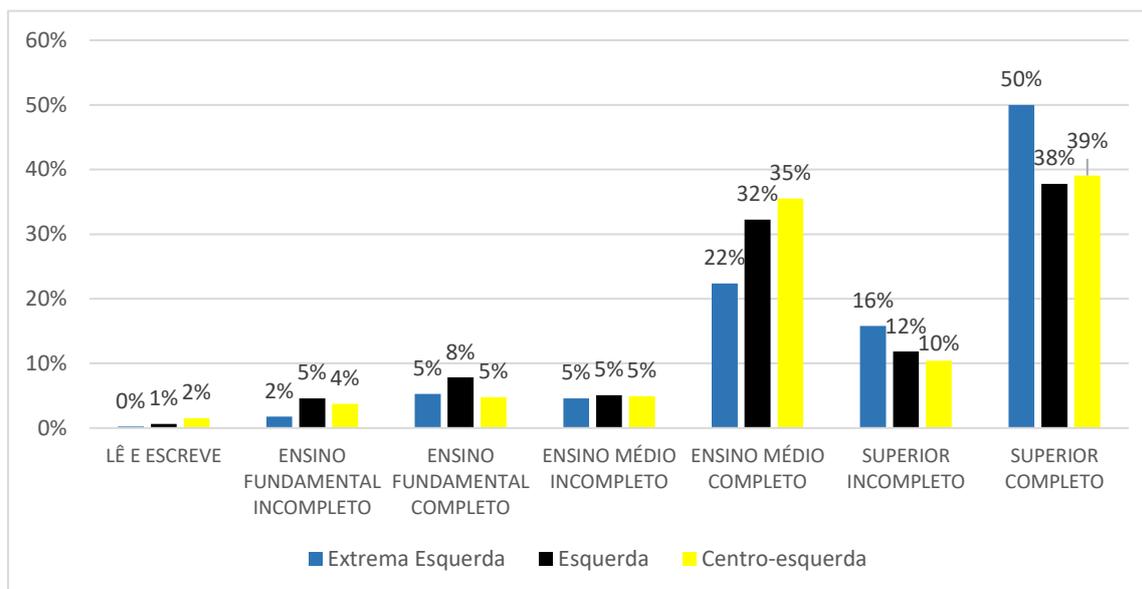


Fonte: elaboração própria do autor com dados do TSE

O que se percebe observando o conjunto dos candidatos da esquerda é que predominam aqueles com formação universitária, que se somados aos que possuem o ensino superior incompleto (sendo estudantes ou que interromperam seus estudos), perfazem 53,9% dos candidatos. Na outra ponta, aqueles que apenas leem e escrevem apresentam um percentual muito reduzido.

Neste quesito também as diferenças por blocos chamam a atenção:

Gráfico 4: escolaridade dos candidatos a vereador, por blocos (dez maiores cidades em 2016)



Fonte: elaboração própria do autor com dados do TSE

Aqui a extrema-esquerda apresenta uma vantagem considerável no percentual de candidatos com ensino superior completo. No entanto, ao passarmos ao bloco da esquerda tradicional (PT e PCdoB) vemos que ela possui uma ligeira desvantagem (37,7% contra 39,0%) para a centro-esquerda no número de candidatos com graduação completa o que não corrobora com nossa hipótese inicial.

Na extrema-esquerda chamam a atenção PSOL e PSTU com 51% de candidatos com nível superior, enquanto na outra ponta o PPL se destaca com apenas 27% dos seus candidatos tendo concluído este nível de ensino.

Se considerarmos o conjunto dos candidatos a vereador apresentados pela esquerda em todo o país a tendência é a confirmação de nossa hipótese, posto que os percentuais de candidatos com nível superior nos três blocos são de 31% (Bloco 1), 24% (Bloco 2) e 21% (Bloco 3), de modo diferente do que ocorre com a nossa amostra selecionada.

Por fim, comparando os candidatos de nossa amostra com a escolaridade do total de candidatos que se apresentaram nas eleições de 2016 (direita, centro e esquerda) em todos os municípios brasileiros temos o seguinte resultado:

Tabela 4: percentual de candidatos por partido

Escolaridade	Total dos candidatos a vereador	Candidatos esquerda 10 maiores cidades
Analfabeto	0,00%	0,00%
Lê e escreve	2,98%	0,83%
Ensino Fund. incompleto	16,00%	3,54%
Ensino Fund. completo	14,04%	6,08%
Ensino Médio incompleto	5,31%	4,90%
Ensino Médio completo	38,07%	30,71%
Superior incompleto	4,36%	12,40%
Superior completo	19,23%	41,52%
Total	100%	100%

Fonte: elaboração própria do autor com dados do TSE

Fica assim demonstrada a larga distância, em termos de escolaridade, dos candidatos de nossa amostra em relação ao total de candidatos a vereador, sendo que os possuidores de nível superior entre os esquerdistas das dez maiores cidades representam mais que o dobro percentual do que o do total de candidatos.

Cor/raça

Em trabalho já citado, Dantas e Roeder (2015, 8) afirmam que

Nos partidos de esquerda há incentivos para que seus militantes se declarem pretos, fazendo com que haja essas maiores proporções, se comparado aos partidos de outros espectros ideológicos.

Assim, o esperado é que encontremos um percentual significativo de candidatos negros (soma de pretos e pardos) entre os partidos de esquerda e também uma variação mais ou menos significativa ao caminharmos de uma posição a outra dentro da esquerda.

Optamos aqui por fazer um agrupamento das categorias usadas pelo IBGE, uma vez que é mais elucidativo juntar pardos e pretos na categoria “negros” para observar a diversidade de não brancos nas chapas apresentadas.

No conjunto dos dez maiores eleitorados municipais em 2016 os partidos de esquerda apresentaram candidatos com esta composição étnica:

Tabela 5: cor/raça

Cor/raça	%
Negra	56,53
Branca	42,11
Amarela	0,47
Indígena	0,89
Total	100

Fonte: elaboração própria do autor com dados do TSE

Se considerarmos que, segundo o IBGE 53,6% da população brasileira era negra em 2014, podemos afirmar que nos partidos de esquerda analisados, nas dez maiores cidades brasileiras esta parcela da população encontra-se sobrerrepresentada nas eleições municipais. Os brancos, por sua vez, que eram 45,2% da população brasileira em 2014 (ainda segundo o IBGE em 2014), encontram-se sub-representados na amostra selecionada. Tal achado apresenta importância, pois em estudo anterior acerca dos determinantes da sub-representação política de não-brancos nas eleições, Campos e Machado (2015) haviam registrado em 2012, nas eleições municipais das cidades de São Paulo e Rio de Janeiro, menos candidatos não-brancos do que brancos. Podemos afirmar então que o perfil de recrutamento da esquerda em 2016 oferece um contraponto a esta tendência.

Se compararmos os candidatos de nossa amostra com o conjunto dos candidatos a vereador (esquerda, centro e direita) nas eleições de 2016 este contraponto se mostra ainda mais consistente:

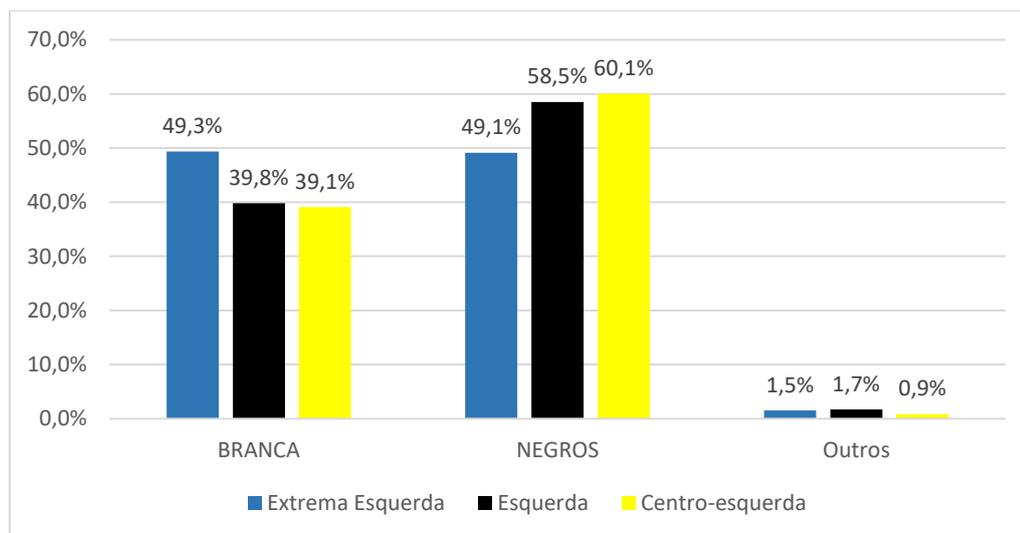
Tabela 6: número de candidatos por partido

Cor/raça	Total dos candidatos a vereador	Candidatos esquerda 10 maiores cidades
Amarela	0,42%	0,47%
Branca	50,52%	42,11%
Indígena	0,35%	0,89%
Negra	48,70%	56,53%
Total	100%	100%

Fonte: elaboração própria do autor com dados do TSE

Agora, ao compararmos os blocos de partidos de nossa amostra a composição étnica se apresenta da seguinte maneira:

Gráfico 5: composição étnica (cor/raça) dos candidatos a vereador, por blocos (dez maiores cidades em 2016)

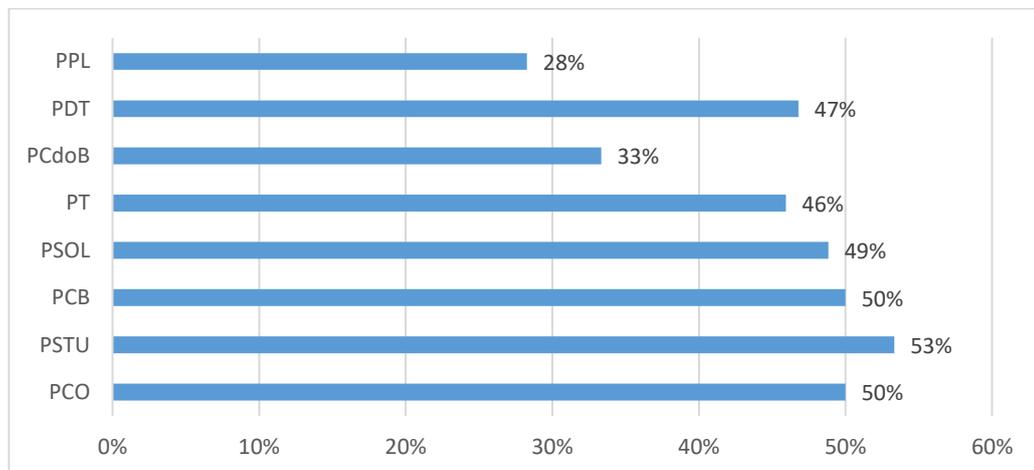


Fonte: elaboração própria do autor com dados do TSE

Aqui percebemos com clareza que quanto mais caminhamos da esquerda ao centro mais aumenta a proporção de negros e diminui a de brancos, demonstrando que a esquerda mais moderada possui maior capacidade de recrutamento de candidatos negros, enquanto a extrema-esquerda recrutou em proporção maior que a média candidatos brancos.

A análise individual dos partidos mostra-se mais matizada, por certo. Vejamos em detalhe a proporção de brancos em cada partido:

Gráfico 6: percentual de candidatos brancos nos partidos de esquerda (dez maiores cidades em 2016)

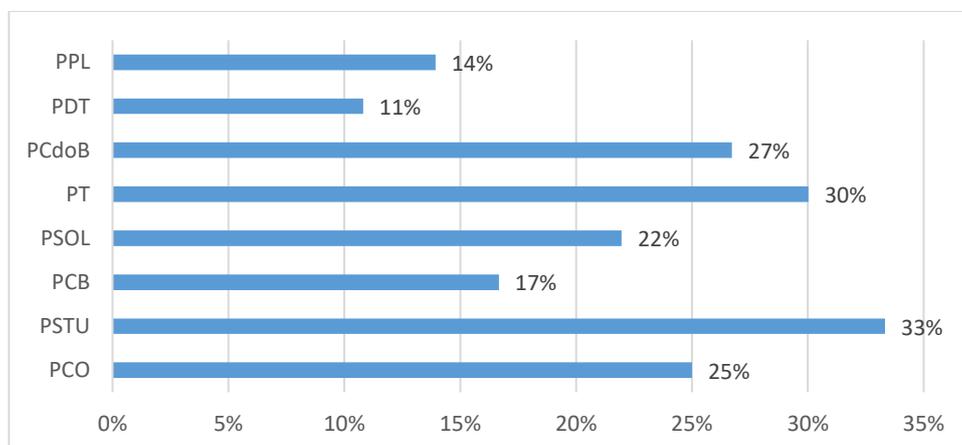


Fonte: elaboração própria do autor com dados do TSE

O que podemos perceber é um grau de heterogeneidade significativo dentro de cada bloco, com exceção da extrema-esquerda. No Bloco 2 o PT e o PCdoB apresentam muita diferença no recrutamento de brancos, sendo que o PCdoB com 33% de candidatos nesta condição é o segundo com menor proporção de brancos. O mesmo se repete com PPL e PDT, sendo o PPL o partido com menor proporção de brancos.

Se focarmos agora apenas nos candidatos autodeclarados pretos, que no conjunto de negros são aqueles mais desfavorecidos em função da intensidade da discriminação racial, temos a seguinte situação:

Gráfico 7: percentual de candidatos pretos nos partidos de esquerda (dez maiores cidades em 2016)



Fonte: elaboração própria do autor com dados do TSE

O dado aqui mostra uma heterogeneidade maior na extrema-esquerda do que nos outros blocos. Por outro lado, corrobora com a pesquisa já mencionada de Dantas e Roeder (2015) que haviam identificado o PSTU como o partido com maior proporção de candidatos pretos nas eleições de 2014.

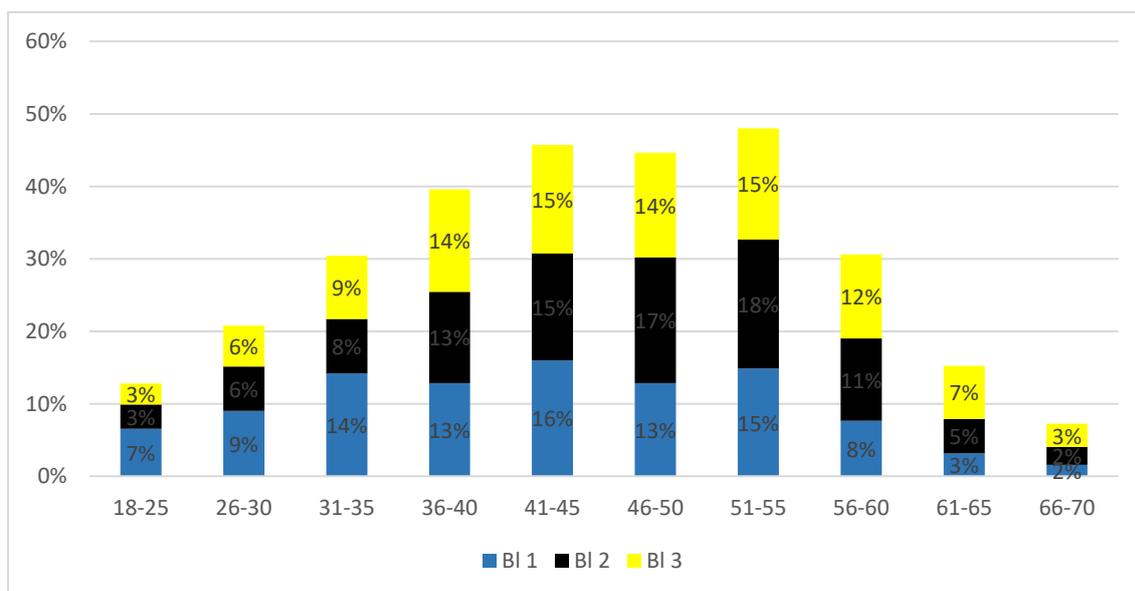
Por fim, mesmo que seja possível admitir que pretos e pardos carregam cargas de preconceito diferentes, é a categoria de negros que usualmente se mostra mais rentável para a análise étnica da população brasileira, e, deste ponto de vista os dados apresentados no “Gráfico 5” apresentado por nós anteriormente, corroboram nossa hipótese inicial.

Idade

Existe no senso comum sobre a esquerda a relação entre a pouca idade e a adoção de posições mais radicais, assim como da maturidade com a moderação. Em trabalho anterior (Macedo, 2011) já chegamos a utilizar a composição etária como parte da explicação para a adoção desta ou daquela orientação política por parte de organizações de esquerda, demonstrando que esta variável não é apenas senso comum.

A idade dos candidatos de esquerda nas eleições de 2016 nos municípios selecionados também apresenta informações relevantes. Veja o gráfico de faixas etárias:

Gráfico 8: percentual de candidatos a vereador, por blocos, por faixa etária (dez maiores cidades 2016)



Fonte: elaboração própria do autor com dados do TSE

Temos aqui o predomínio dos candidatos da extrema-esquerda nas faixas etárias mais jovens, sendo que na medida em que avançamos a idade avança também a proporção de candidatos da esquerda tradicional e da centro-esquerda. Tal achado se confirma se comparamos as médias e medianas das idades, como se vê na tabela abaixo:

Tabela 7: idade dos candidatos a vereador pelos partidos de esquerda, agrupados por blocos (dez maiores cidades em 2016)

	Bl 1	Bl 2	Bl 3
Mediana	43,0	47,0	47,0
Média	43,0	46,4	46,7

Fonte: elaboração própria do autor com dados do TSE

Se considerarmos o conjunto dos candidatos analisados a idade que mais se repete é a de 44 anos, a mediana é de 46 anos e a média é de 45,5 anos. Chamam a atenção na classificação etária o PDT que possui 15% de seus candidatos com mais de 60 anos e na outra ponta, entre os partidos com mais de 100 candidatos o PSOL, que possui 15% de seus candidatos com menos de 31 anos.

Ocupação

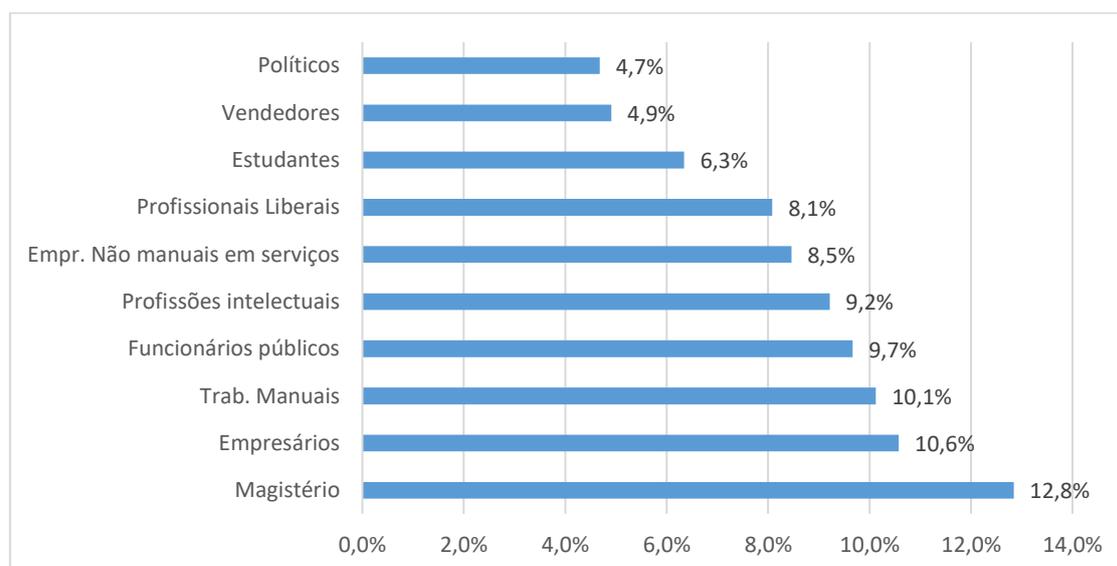
Categorizar ocupações de candidatos ou ocupações prévias de políticos é uma tarefa sempre sujeita a múltiplas alternativas. Mesmo em seu trabalho já clássico, Rodrigues (2002, 197) afirma que “a construção das profissões/ocupações foi relativamente arbitrária”. E é disto que se trata: aqui está presente uma certa discricionariedade do pesquisador.

Em nossa classificação, que parte de 138 diferentes profissões apontadas pelos candidatos em análise, fizemos o agrupamento destas em 20 categorias que nos pareceram conter posições sociais semelhantes.

Tomando o conjunto dos candidatos de esquerda analisados nas 10 maiores cidades das eleições de 2016, dentre as vinte categorias por nós catalogadas, aquela que agrupa o maior número de candidatos é o magistério com 12,8% dos candidatos, seguida daqueles que se declaram “empresários” com 10,6% e depois os trabalhadores manuais com 10,1% e os funcionários públicos com pouco menos de 10%. As

categorias que agruparam o menor número de candidatas, não chegando a 1% cada uma são as de trabalhadores rurais, atletas, religiosos e agricultores. Também chama a atenção a baixa participação de trabalhadores industriais qualificados com apenas 1%. Por fim os comunicadores representam também apenas 1,5% dos candidatas. Abaixo o gráfico mostra as 10 ocupações mais numerosas:

Gráfico 9: dez ocupações agregadas mais numerosas entre candidatas a vereador pelos partidos de esquerda (dez maiores cidades em 2016)



Fonte: elaboração própria do autor com dados do TSE

Algumas categorias significativas também apresentam particularidades. Os políticos profissionais, por exemplo, são 4,7% dos candidatas, mas estão muito desigualmente distribuídos dentre os partidos: PCO, PSTU, PCB e PPL não possuem nenhum, enquanto no PT eles são 11% e no PDT 7% dos candidatas. Os empresários também estão desigualmente distribuídos, com nenhum no PCO, PSTU e PCB, enquanto no PDT eles são 17% dos candidatas, seguido pelo PPL e PCdoB, cada um com 12% dos candidatas informando esta ocupação. O PSOL por sua vez possui mais empresários como candidatas do que o PT (9% contra 6%). O magistério – a categoria mais numerosa no geral – só é menos de 10% dos candidatas no PDT, chegando a 33% no PSTU e entre os partidos com mais de 100 candidatas é destaque no PSOL com 19% dos candidatas declarando esta ocupação. Os funcionários públicos estão ausentes do PCO e do PCB e chegam a 14% no PCdoB, seguido pelo PSOL com 11%. Os estudantes, objeto tradicional de recrutamento dos partidos de esquerda, estão muito

presentes no PCO e PCB (33% e 27%, respectivamente) e dentre os partidos com mais de 100 candidatos aparecem com destaque no PPL onde são 10% dos candidatos. O PCdoB e o PSOL são os que possuem menos candidatos nesta condição, cada um com 5%. Por fim, os trabalhadores industriais qualificados, onde podemos encontrar o “operariado” tradicional é muito pequeno entre o total de candidatos, representando apenas 1%, como já frisamos, e dentre os partidos com mais de 100 candidatos aparecem com alguma relevância apenas no PPL, com 1,5% dos candidatos. O PT, por exemplo, que apresentava uma significativa vinculação societária com este segmento apresentou apenas um candidato que se declarou nesta condição.

Para efeito de comparação, o conjunto dos candidatos que se apresentaram nas eleições tem como ocupação mais numerosa os agricultores, com 8,8%⁶, enquanto na amostra analisada aqui eles não passam de 0,2%. Enquanto a ocupação agregada mais representativa entre os candidatos de esquerda nas 10 maiores cidades é o magistério (12,8%), no conjunto dos candidatos brasileiros nestas mesmas eleições os professores são apenas 6,4%. Por fim, enquanto os empresários representam 10,6% de nossa amostra, são 14,6% do total de candidatos brasileiros em 2016.

Agrupando agora os partidos nos blocos que temos analisado, apresentamos abaixo as ocupações agrupadas em que algum dos blocos atingiu ao menos 10%, de modo a descartar aquelas menos relevantes por apresentarem porcentagem muito pequena de candidatos:

Tabela 8: ocupações selecionadas

Ocupação	Bl 1	Bl 2	Bl 3
Empresários	7,7%	8,7%	12,2%
Profissões intelectuais	10,4%	8,7%	7,1%
Magistério	20,5%	11,7%	9,7%
Funcionários públicos	10,9%	10,9%	10,4%
Empregados não manuais em serviços	10,9%	9,1%	7,8%
Trabalhadores manuais	9,1%	11,9%	14,1%
Total	76,3%	67,0%	68,4%

Fonte: elaboração própria do autor com dados do TSE

⁶ Dentre os que declararam alguma profissão, pois excluímos aqui os mais de 18% que declararam “outros” como profissão.

Como podemos perceber, também aqui a maioria das categorias varia de maneira uniforme da esquerda em direção ao centro, com uma situação de equivalência entre a extrema-esquerda e a esquerda tradicional apenas no percentual de funcionários públicos.

Ainda é relevante nesta análise a situação dos empresários, que mostra os diferentes agrupamentos de esquerda com atratividade diferente para este setor social. Todos recrutam candidatos neste setor, mas com intensidade crescente ao caminharmos da extrema-esquerda para o centro. Tal achado dialoga positivamente com a descrição de Gaxie (2012, 192) a respeito dos partidos franceses:

Embora a correspondência entre partidos políticos e frações de classes não deva ser entendida de modo muito estrito, existem laços muito claros entre os grandes polos que estruturam as classes superiores e as organizações políticas. Resultados da Quinta, Quarta ou mesmo Terceira Repúblicas indicam que o polo econômico é tanto mais representado quando se vai, conforme as taxionomias em vigor no campo político, da “esquerda” para a “direita” ou para o “centro”.

A categoria “empresários” em nossa pesquisa corresponde a declaração dos próprios candidatos que se identificaram como comerciantes, diretores de empresas, diretor de estabelecimento de ensino, empresário, gerente e industrial. A categoria “profissões intelectuais” foi obtida com a soma dos que se declararam administrador, analista de sistemas, arquiteto, assistente social, bibliotecário, biólogo, biomédico, cientista político, contador, economista, enfermeiro, escritor e crítico, farmacêutico, fisioterapeuta e terapeuta ocupacional, geólogo, historiador, nutricionista, psicólogo, publicitário, químico, relações públicas, sociólogo e terapeuta, ou seja, profissões de nível superior. A categoria “magistério” foi obtida com a soma dos que se declararam professores dos ensinos fundamental, médio e superior e ainda professor e instrutor de educação profissional e pedagogo. A categoria “funcionários públicos” corresponde a soma dos que se declararam ocupante de cargo em comissão, serventuário da justiça, servidor público civil aposentado, servidores públicos municipais, estaduais e federais (excluímos aqui policiais civis e militares que formaram uma categoria a parte). A categoria de “Empregados não manuais em serviços” foi obtida a partir da soma dos que se declararam agentes de saúde, administrativo e postal, auxiliar de escritório, bancário, despachante, eletricitista, fiscal, mecânico de manutenção, operadores de computador,

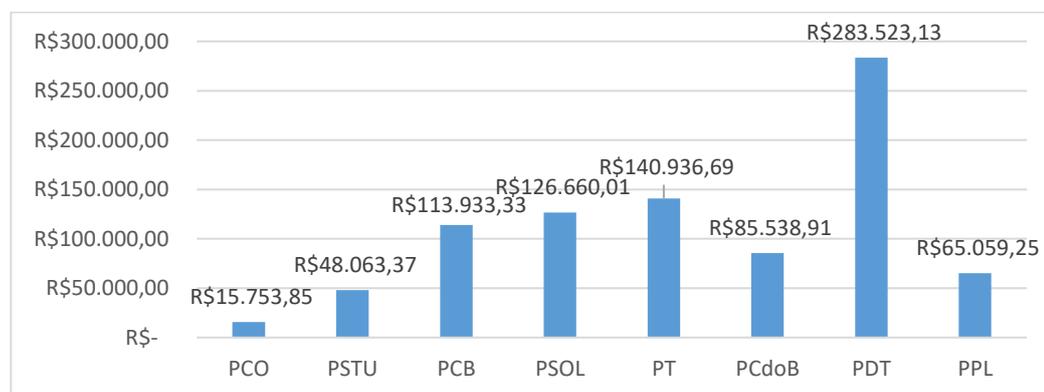
rádio, televisão, som e cinema, protético, secretário e datilógrafo, técnicos de contabilidade, estatística, economia doméstica, administração, biologia, eletricidade, eletrônica, telecomunicações, enfermagem, laboratório de raio-x, mecânica, química, edificações e informática e telefonista, ou seja profissões predominantemente de nível médio e formação técnica. Finalmente, como “trabalhadores manuais” classificamos aqueles que se identificaram como artesão, auxiliar de laboratório, cabeleireiro, barbeiro, carpinteiro, marceneiro, chaveiro, cobrador de transporte coletivo, cozinheiro, empregado doméstico, engraxate, faxineiro, frentista, gari, guardador de veículos, manicure, maquilador, massagista, marinheiro, canoeiro, embarcado, motoboy, motoristas, office-boy, pescador, porteiro, ascensorista, garagista, zelador, recepcionista, serralheiro, taxista, trabalhador da construção civil e vigilante, ou seja, profissões que predominantemente dispensam uma escolaridade média.

Patrimônio

O acesso a dados sobre patrimônio dos candidatos é muito facilitado por sua divulgação no site do Tribunal Superior Eleitoral, no entanto é possível registrar evidentes erros de digitação, bem como problemas na confiabilidade das declarações, em especial no que se refere ao valor de imóveis. Ainda assim, ressalvados os eventuais problemas, mostra-se como uma fonte interessante para a localização social desta elite em particular.

A primeira constatação da análise com a amostra que escolhemos revela uma grande diversidade na média patrimonial dos candidatos por partido, como se vê no gráfico abaixo:

Gráfico 10: médias patrimoniais declaradas dos candidatos a vereador por partidos de esquerda (dez maiores cidades em 2016)



Fonte: elaboração própria do autor com dados do TSE

Neste cálculo, em que consideramos o conjunto dos candidatos de cada partido, inclusive aqueles que não possuem patrimônio, podemos perceber que o PDT apresenta uma grande superioridade face a todos os outros partidos. Na outra ponta o PCO apresenta a menor média patrimonial. Mas as médias também são muito díspares dentro de cada bloco, com o PCO e PSTU muito abaixo do PCB e PSOL no Bloco 1, o PDT muitíssimo acima do PPL no Bloco 3 e o PT um pouco mais equilibrado com o PCdoB, em que pese a vantagem do primeiro no Bloco 2.

No que se refere a grande diferença entre PT e PDT, ela já havia sido notada também por Rodrigues (2002, 84), que afirmou que “o PDT, do prisma patrimonial, está mais próximo do PSDB e do PMDB do que do PT, o que novamente, vai a favor da conceituação do PDT como centro-esquerda”.

Esta situação de heterogeneidade gera as seguintes médias por bloco:

Tabela 9: patrimônio médio dos candidatos a vereador pelos partidos de esquerda, agrupados por blocos (dez maiores cidades em 2016)

Bloco	Patrimônio médio
BI 1	R\$ 115.289,65
BI 2	R\$ 113.460,10
BI 3	R\$ 187.558,96

Fonte: elaboração própria do autor com dados do TSE

Mas é claro que firmar médias em um cenário de tanta heterogeneidade entre os partidos e dentro dos mesmos pode produzir conclusões errôneas, escondendo estas diferenças tão significativas. O desvio padrão é maior justamente nos partidos com maior média, PDT, PT e PSOL, nesta mesma ordem, inclusive (maior desvio padrão no PDT e menor no PSOL). Assim, para examinar a adequação a nossa hipótese fizemos também a decomposição das rendas dos candidatos em faixas. Considerando que os valores variavam do zero (com grande número de ocorrências) aos R\$ 5.960.000,00 (de um candidato do PDT de Curitiba), optamos intuitivamente em agrupar os candidatos em faixas de patrimônio a cada R\$ 200 mil reais, encerrando em dois milhões e criando uma faixa única para os candidatos acima deste valor. Assim ficaram, portanto, as faixas de patrimônio:

Tabela 10: faixas de patrimônio

Faixa	Valor inicial	Valor final
1	R\$ 0,00	R\$ 199.999,99
2	R\$ 200.000,00	R\$ 399.999,99
3	R\$ 400.000,00	R\$ 599.999,99
4	R\$ 600.000,00	R\$ 799.999,99
5	R\$ 800.000,00	R\$ 999.999,99
6	R\$ 1.000.000,00	R\$ 1.199.999,99
7	R\$ 1.200.000,00	R\$ 1.399.999,99
8	R\$ 1.400.000,00	R\$ 1.599.999,99
9	R\$ 1.600.000,00	R\$ 1.799.999,99
10	R\$ 1.800.000,00	R\$ 1.999.999,99
11	= < R\$ 2.000.000,00	

Fonte: elaboração própria do autor

Do conjunto dos candidatos de esquerda que se apresentaram nas eleições de 2016, quase a metade (48,9%) declararam não possuir nenhum patrimônio e compõe a faixa 1 de nossa classificação, juntamente com aqueles com patrimônio menor que R\$ 200.000,00, que perfazem um total, nesta primeira faixa de 80,8%, fazendo aparecer aqui nossa primeira conclusão parcial, de que a maioria dos candidatos de esquerda nos 10 maiores municípios brasileiros é formada por pessoas com pouco ou nenhum patrimônio. Em sua já mencionada pesquisa Rodrigues (2002, 82) classifica os deputados com menos de R\$ 200 mil de patrimônio na categoria “baixo patrimônio” e naquela amostra (deputados federais de 1999 a 2003) 27,9% dos deputados estavam nesta condição (sendo 80,4% dos deputados petistas e 40,9% dos pedetistas).

Na outra ponta, dos que possuem patrimônio acima de 2 milhões de reais encontram-se 0,79% dos candidatos. Se excluirmos aqueles sem patrimônio, a porcentagem dos que possuem mais de 2 milhões em patrimônio é de 4,1%. Para efeito de comparação (tendo claro todos os limites da mesma) Rodrigues (2002, 83) encontrou na câmara baixa 15,7% dos deputados nesta faixa de patrimônio, que ele denomina “alto

patrimônio”, sendo que no PT ninguém estava nesta faixa e ela contava com 9,1% dentro do PDT.

A situação completa por partido relativo às faixas patrimoniais é a seguinte:

Tabela 11: percentual de candidatos de esquerda por faixa patrimonial e partido nas eleições de 2016 (dez maiores cidades)

Faixa	PCO	PSTU	PCB	PSOL	PT	PCdoB	PDT	PPL
1	100,0%	85,4%	80,0%	81,6%	80,9%	84,5%	69,1%	88,6%
2	0,0%	14,6%	13,3%	8,4%	8,6%	9,4%	10,7%	6,4%
3	0,0%	0,0%	6,7%	5,3%	4,5%	3,2%	7,4%	2,7%
4	0,0%	0,0%	0,0%	0,8%	2,9%	1,6%	3,0%	1,1%
5	0,0%	0,0%	0,0%	1,7%	1,0%	0,3%	3,0%	0,8%
6	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,3%	0,0%	1,5%	0,0%
7	0,0%	0,0%	0,0%	1,4%	1,0%	0,3%	0,6%	0,4%
8	0,0%	0,0%	0,0%	0,3%	0,0%	0,3%	0,9%	0,0%
9	0,0%	0,0%	0,0%	0,3%	0,0%	0,3%	0,9%	0,0%
10	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,3%	0,0%
11	0,0%	0,0%	0,0%	0,3%	1,0%	0,0%	2,7%	0,0%

Fonte: elaboração própria do autor com dados do TSE

Percebemos aqui, em ordem decrescente em quais partidos os mais ricos (faixa 11) ocupam mais espaço: PDT, PT e PSOL, estando completamente ausentes do PPL, PCB, PSTU e PCO. Ou seja, apenas um partido em cada bloco possui candidatos com patrimônio maior que 2 milhões de reais.

Por fim, em busca do teste de nossa hipótese vejamos abaixo o percentual de candidatos sem patrimônio e o percentual de candidatos acima de 2 milhões por partido:

Tabela 12: percentuais de candidatos de esquerda sem patrimônio e com mais de 2 milhões em patrimônio por partido (dez maiores cidades em 2016)

	PCO	PSTU	PCB	PSOL	PT	PCdoB	PDT	PPL
Sem patrimônio	84,6%	63,4%	53,3%	41,3%	44,9%	53,1%	40,7%	65,2%
+ de 2 milhões	0%	0%	0%	0,3	1,0	0%	2,7%	0%

Fonte: elaboração própria do autor com dados do TSE

E, finalmente, a mesma comparação, mas com os partidos agrupados por blocos:

Tabela 13: percentuais de candidatos de esquerda sem patrimônio e com mais de 2 milhões por bloco (dez maiores cidades em 2016)

Bloco	Sem patrimônio	+ de 2 milhões
Bl 1	45,2%	0,23%
Bl 2	49,0%	0,48%
Bl 3	51,4%	1,50%

Fonte: elaboração própria do autor com dados do TSE

Testamos ainda a ampliação da faixa de alto patrimônio até aqueles que possuem acima de 1,6 milhão, e até esta faixa a ordem dos blocos não se altera, sendo possível tomar a tabela acima como representativa do alinhamento dos blocos quanto ao percentual de mais ricos e mais pobres em suas chapas de vereadores.

E a conclusão deste tópico também sustenta nossa hipótese inicial de que os blocos variam sua composição de maneira regular da extrema-esquerda em direção ao centro. No caso patrimonial temos um achado interessante: onde se concentram mais candidatos de alto patrimônio se concentram também mais candidatos com baixo patrimônio (Bloco 3), e os extremos vão diminuindo na medida que se caminha do centro para a extrema-esquerda. Existe ainda uma correlação muito forte (coeficiente positivo de 0,9) entre a presença de empresários e a maneira como se distribuem os candidatos de alto patrimônio entre os blocos, ou seja, é a maior ou menor presença de empresários que explica a maior ou menor quantidade de candidatos com alto patrimônio.

Considerações finais

Nos propusemos neste trabalho a investigar se os partidos de esquerda que concorreram nas eleições de 2016 apresentavam uma composição social de sua chapa de vereadores derivada de seu recrutamento, diferente entre si, com base nas diferenças ideológicas (qual a base do seu pensamento), de condutas (em relação aos 13 anos do governo do PT) e de estratégia eleitoral (política de alianças). Escolhemos os 10

maiores municípios brasileiros para este teste, pela indubitável importância que possuem.

O resultado que esperávamos encontrar era de diferenças que sempre alinhassem os três blocos que constituímos de maneira coerente, ou seja, sempre que em uma ponta da comparação tivéssemos o Bloco 1, na outra ponta teríamos o Bloco 3, com o Bloco 2 ao meio. Não esperávamos que as diferenças fossem importantes do ponto de vista estatístico, mas esperávamos encontrar diferenças constantes entre a extrema-esquerda, a esquerda tradicional e a centro-esquerda. Considerando as variáveis que elegemos, a expectativa era encontrar algo semelhante ao seguinte quadro:

Quadro 1- expectativa de resultado

Mais mulheres	BL 1	BL 2	BL 3	Menos mulheres
Mais negros	BL 1	BL 2	BL 3	Menos negros
Menos brancos	BL 1	BL 2	BL 3	Mais brancos
Mais jovens	BL 1	BL 2	BL 3	Mais velhos
Mais escolarizados	BL 1	BL 2	BL 3	Menos escolarizados
Mais magistério	BL 1	BL 2	BL 3	Menos magistério
Menos empresários	BL 1	BL 2	BL 3	Mais empresários
Menor quantidade de ricos	BL 1	BL 2	BL 3	Maior quantidade de ricos

Fonte: elaboração própria do autor

Qualquer inversão nesta ordem, mas que mantivesse o Bloco 1 em uma ponta e o Bloco 3 na outra também estaria de acordo com nossa hipótese.

O resultado final que encontramos foi o seguinte:

Quadro 2 – resultado final

Mais mulheres	BL 1	BL 2	BL 3	Menos mulheres
Mais negros	BL 3	BL 2	BL 1	Menos negros
Menos brancos	BL 3	BL 2	BL 1	Mais brancos
Mais jovens	BL 1	BL 2	BL 3	Mais velhos
Mais escolarizados	BL 1	BL 3	BL 2	Menos escolarizados
Mais magistério	BL 1	BL 2	BL 3	Menos magistério
Menos empresários	BL 1	BL 2	BL 3	Mais empresários
Menor quantidade de ricos	BL 1	BL 2	Bl 3	Maior quantidade de ricos

Fonte: elaboração própria do autor

Ou seja, apenas no que se refere a escolarização, tomando como referência o número de candidatos com nível superior, o resultado mostrou-se diferente da nossa hipótese inicial, com a troca de lugar entre os Blocos 2 e 3.

No que tange a presença das mulheres o resultado mostrou que na medida que se caminha da extrema-esquerda para o centro diminui a participação delas nas chapas de vereadores. No que se refere aos negros o inverso, quanto mais à esquerda menos negros e quanto mais ao centro mais negros nas chapas. Inversamente, quanto mais à esquerda mais candidatos brancos e quanto mais ao centro menos candidatos brancos.

No quesito idade a diferença entre os blocos foi a mais significativa e na medida em que se caminha da extrema-esquerda para o centro a faixa etária dos candidatos tende a aumentar. No campo da ocupação tomamos dois marcadores importantes, inspirados no trabalho de Gaxie (2012), com a presença do magistério tomada como algo significativo nos partidos de esquerda e dos empresários como mais significativo na direita. Aqui também nossa hipótese se confirmou e a quantidade de empresários e professores varia de maneira oposta, com a extrema-esquerda com mais professores e a centro-esquerda com menos e o contrário em relação aos empresários.

No que se refere ao patrimônio, tomamos a mesma direção de Rodrigues (2002, 83) que levou em conta o número de parlamentares de alto patrimônio para alinhar os partidos entre esquerda e direita, o que, mais uma vez confirmou nossa hipótese inicial.

Sem dúvida muitas outras perguntas e testes podem ser feitos. Por exemplo entrecruzamentos de sexo X patrimônio, patrimônio X ocupação, ocupação X escolaridade, que mostrariam aspectos que não conseguimos vislumbrar neste trabalho. Mas ao fim esperamos ter demonstrado que as diferenças que caracterizam as posições, condutas e estratégias da esquerda brasileira resultam em diferentes recrutamentos por parte desta.

Referências bibliográficas

Campos, Luiz Augusto; Machado, Carlos. A cor dos eleitos. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, nº16, p. 121-151 janeiro - abril de 2015.

Coelho, Maria Teresa Valim. A criação partidária no Brasil: Um estudo a partir do caso “Rede Sustentabilidade”. **Direito**, v. 2, nº. 21, p.1-12, 2015

Dantas, Eric Gil; Roeder, Karolina Mattos. 2015. Partido, gênero e cor: a seleção dos candidatos no PSTU nas eleições gerais de 2014. Newsletter. **Observatório de elites políticas e sociais do Brasil**. NUSP/UFPR, v. 2, n. 4, janeiro. p.1-14.

Dullo, Eduardo; Quintanilha, Rafael. A sensibilidade secular da política brasileira. **Debates do NER**, v. 1 n.27, p. 173-198, 2015.

Gaxie, Daniel. As lógicas do recrutamento Político. **Revista Brasileira de Ciência Política**. Brasília, n 8. p. 165-208, maio - agosto de 2012.

Macedo, Edmar Almeida de. **Os trotskistas entre discursos e controvérsias: tradição, composição social e alinhamento internacional**. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade Federal do Paraná. 2011.

Marengo, André; Serna, Miguel. Por que carreiras políticas na esquerda e na direita não são iguais? Recrutamento legislativo em Brasil, Chile e Uruguai. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 22, nº. 64 p. 93-113, junho de 2007.

Norris, Pippa. Recrutamento Político. **Revista de Sociologia e Política**. v. 21, nº 46, p. 11-32, Jun. 2013.

Perissinotto, Renato Monseff; Bolognesi, Bruno. O recrutamento político no PT e no PFL paranaenses nas eleições de 2006: sugestões de pesquisa. **Mediações**, v. 14, n.1, p. 143-169, Jan/Jun. 2009.

Prates, Vinicius; pereira, Heloisa Prates. Dissensos sobre o ethos discursivo da Rede Sustentabilidade: a “nova política” no Facebook. **Parágrafo: Revista Científica de Comunicação Social da FIAM-FAAM**, v. 3, n. 1, p.175-182, 2015.

Rodrigues, Leôncio Martins. **Partidos, ideologia e composição social: um estudo das bancadas partidárias na Câmara dos Deputados**. São Paulo: Editora da USP, 2002.

Silva, B. F.; Silva, F. T. Perfil social e ideologia partidária: uma análise do recrutamento dos candidatos a vereador em Curitiba (2012). **Revista Mediações**, n. 20, p.340-365, julho-dezembro de 2015.

Speck, Bruno; Sacchet, Teresa. Patrimônio, instrução e ocupação dos candidatos: uma análise das candidaturas de mulheres e homens nas eleições gerais de 2010 no Brasil. In.: Alves, José Eustáquio Diniz; Pinto, Céli Regina Jardim; Jordão, Fátima (Org). **Mulheres nas eleições 2010**. São Paulo: ABCP/Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2012., 167-206.